



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número _____ / XI (2ª)

PERGUNTA Número 2783 / XI (2ª)

Assunto: **Não cedência do Auditório do Hospital de S. Marcos para realização de encontros dos trabalhadores com estruturas sindicais e com deputados da Assembleia da República**

Destinatário: **Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia da República

Expeça-se
Publique-se
03 / 03 / 2011
O Secretário da Mesa



O Sindicato Independente dos Médicos (SIM) reclamou para a Autoridade para as Condições de Trabalho e para a Assembleia da República, contra a decisão do Conselho de Administração do Escala Braga, que impediu a realização de uma reunião do Sindicato no Auditório do Hospital de S. Marcos.

De referir que o SIM pediu a reunião para o período das 12 horas às 13 horas do dia 11 de Fevereiro e que a Administração veio tentar impor para as 16 horas, "pois consideramos ser o referido horário compatível com a actividade assistencial já programada".

No dia 28 de Fevereiro, o Grupo Parlamentar do PCP viu impedida igualmente a realização de um encontro às 16, 30 horas, no Auditório do Hospital, entre o Deputado Agostinho Lopes e os trabalhadores pelo Conselho de Administração do Escala Braga. Tendo o PCP solicitado para o efeito o Auditório entre as 16 e as 18 horas, o Escala Braga veio a inviabilizá-lo com a seguinte resposta:

«Em resposta ao pedido de V. Ex.ª, enviado por e-mail em 23 de Fevereiro último, vimos informar que é entendimento da Comissão Executiva do Hospital de Braga que o espaço do hospital não deve ser aberto a actividades de índole política. Nesse sentido, não podemos autorizar a referida reunião com os trabalhadores do hospital, nem seria legítimo que os mesmos se desviassem das suas funções de assistência aos doentes para participarem na reunião.»

Sublinhemos o recurso ao inaceitável argumento "actividades de índole política" que seriam incompatíveis no "espaço do hospital", o que a ser válido levaria a questionar a legitimidade da reunião que o mesmo deputado realizou com o Presidente da Comissão Executiva Hospital Braga – José de Mello Saúde Escala Braga, Hugo Meireles, no espaço hospitalar, mais precisamente no seu Gabinete. Por outro lado as 16 horas são o fim do período laboral "normal" (mudança de turno das 15 para as 16 horas) no Hospital, pelo que a reunião apenas contaria com os trabalhadores que então acabassem a jornada diária, como aliás acabou por acontecer no átrio do Auditório, sem qualquer perturbação dos serviços assistenciais aos doentes! Assinale-se também, a contradição entre o que foi argumento para impedir a reunião do SIM, tentando impor o



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

horário das 16 horas, e o argumento para inviabilizar o pedido do PCP para reunião às 16,30 horas! Refira-se ainda, a não existência no Hospital de um qualquer outro espaço, dedicado às reuniões dos trabalhadores para exercício dos seus direitos sindicais e laborais, para funcionamento das suas estruturas representativas, ou para encontros solicitados por outras entidades, como deputados da Assembleia da República.

Tais decisões da Administração do Escala Braga são totalmente incompatíveis com o ordenamento jurídico português, nomeadamente com a Constituição da República, que assegura a necessária cedência de espaços públicos, mesmo sob gestão privada, para o exercício da actividade sindical, ou para exercício das competências dos Deputados da Assembleia da República.

Estamos perante uma brutal e inaceitável violação dos direitos e garantias dos cidadãos e profissionais, que são trabalhadores do Hospital de S. Marcos, e uma tentativa ilegal de exercício das atribuições e competências dos sindicatos e dos grupos parlamentares, que devem urgentemente merecer das autoridades de tutela a devida resposta, com a reposição da legalidade.

Acresce que estamos no quadro de uma PPP (Parceria Público Privada), com intervenção gestionária do Estado, através de um Administrador, e um edifício que, embora agora sob gestão da Escala Braga, é a todos os títulos uma unidade hospitalar do Serviço Nacional de Saúde. Em anexo, a carta do GP do PCP a solicitar o Auditório e resposta subsequente do Presidente da Comissão Executiva.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio da **Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Uma avaliação e medidas que irão ser tomadas para que a Administração do Escala Braga respeite os direitos dos trabalhadores, dos sindicatos e dos deputados da Assembleia da República.
2. Qual foi a posição do Administrador da parte do Estado que acompanha a gestão da PPP sobre as questões referidas?
3. Que penalizações vão ser imputadas ao Conselho de Administração do Escala Braga por decisões que violam normas do ordenamento constitucional e jurídico português?

Palácio de S. Bento, 3 de Março de 2011

O Deputado:

Agostinho Lopes



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Anexo: Pedido do Grupo Parlamentar do PCP e Resposta pela Comissão Executiva do Hospital de Braga

De: Álvaro Figueiredo

Enviada: quarta-feira, 23 de Fevereiro de 2011 13:08

Assunto: Pedido de cedência de espaço

Exmos. Senhores

No seguimento do acompanhamento que este Grupo Parlamentar tem vindo a fazer da situação do Hospital de São Marcos, em Braga, o PCP pretende realizar, na próxima segunda-feira, dia 28 de Fevereiro, pelas 16h30, uma reunião com trabalhadores do Hospital.

Assim, vimos por este meio solicitar a Vossa Exa. a cedência de um auditório para o efeito, entre as 16h e as 18h.

Certo da Vossa melhor atenção,
Apresento os melhores cumprimentos

Para contactos directos: Jorge Matos - 918918978

Álvaro Figueiredo

Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP

N.ºRef/37956-590/AMF/11



Álvaro Figueiredo
Assembleia da República
Grupo Parlamentar do PCP



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

De: Hugo Almeida Azevedo Meireles

Enviada: sexta-feira, 25 de Fevereiro de 2011 17:00

Para: Álvaro Figueiredo

Cc: Rui Assoreira Raposo; Francisco Miranda Duarte; Catarina Marques Rocha Gouveia

Assunto: FW: Pedido de cedência de espaço

Exmo. Senhor

Álvaro Figueiredo

Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP

Em resposta ao pedido de V. Ex.^ª, enviado por e-mail em 23 de Fevereiro último, vimos informar que é entendimento da Comissão Executiva do Hospital de Braga que o espaço do hospital não deve ser aberto a actividades de índole política. Nesse sentido, não podemos autorizar a referida reunião com os trabalhadores do hospital, nem seria legítimo que os mesmos se desviassem das suas funções de assistência aos doentes para participarem na reunião.

Com os melhores cumprimentos,

Hugo Meireles

Hugo Meireles

Presidente da Comissão Executiva Hospital de Braga - José de Mello Saúde
Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A.

Largo Carlos Amarante, Apartado 2242

4700-308 Braga

Tel.: 351 253 209 030 – Fax: 351 253 613 334 – Tlm.: 351 966 449 339 - www.escalabraga.pt